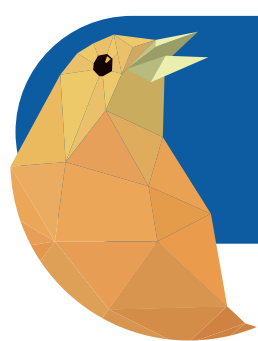


ENTREVISTA. Gabriela Cotta e Bruno Kassabian, da Aedas, falam sobre avanços do Anexo I.1.



VOZES do Paraopeba



Minas Gerais - maio de 2023 | Ano 2 | Edição 18 | www.aedasmg.org | distribuição gratuita |  **Aedas**

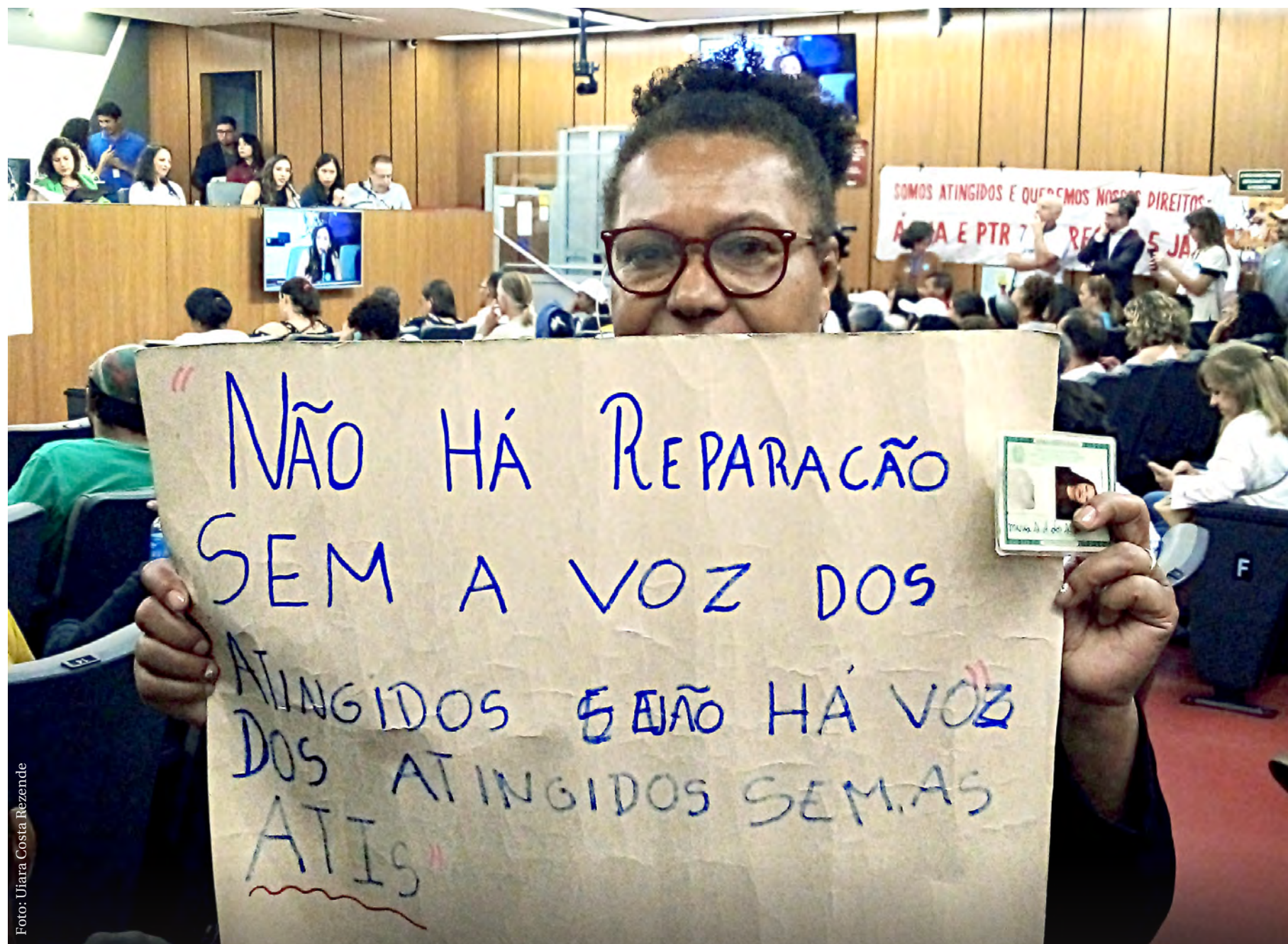


Foto: Uíara Costa Rezende

VOZES DA GENTE

Atingidos falam sobre a importância do Anexo I.1 do Acordo

pág. 03

HISTÓRIAS ATINGIDAS

Anaise e Silvestre contam suas histórias e falam sobre o significado do 13 de maio

pág. 04 e 05

DIA 13 DE MAIO

Registros históricos demonstram a relação entre Raça, Mineração e Trabalho

pág. 06 e 07

FASE DE LIQUIDAÇÃO

Vale S.A. continua com a obrigação de pagar as indenizações individuais

pág. 11

Esta edição do Vozes do Paraopeba é cheia de significados. Em maio, completa-se 4 anos que a Aedas foi escolhida como Assessoria Técnica Independente das Regiões 1 (Brumadinho) e 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos, São Joaquim de Bicas e Matheus Leme - PCTRAMA) da bacia do Paraopeba. Maio é também um mês que marca importantes lutas históricas das pessoas que vivem e resistem nesses territórios, como o Dia do Trabalhador e o 13 de maio, data do fim do regime escravista que deixou marcas profundas nesses territórios.

Hoje, após 4 anos, o trabalho das Assessorias Técnicas inde-

pendentes junto às pessoas atingidas está em risco, não apenas pela falta, mas pela imprevisibilidade e má gestão dos repasses de recursos. Nesse período, foram um Plano Operacional Transitório e 4 Planos de Trabalhos es-

critos sob orientação da coordenação metodológica e das instituições de justiça, mas sem aprovação. O último Plano enviado foi aprovado em fevereiro de 2023, mas sofreu um corte de

4 ANOS DE ASSESSORIA TÉCNICA: O PREÇO DE SER INDEPENDENTE

50% dos recursos, forçando uma desmobilização massiva antecipada ainda neste semestre. Essa desmobilização cria um ambiente de insegurança para as pessoas atingidas, para os trabalhadores das ATIs e impacta diretamente a atuação nos territórios limitando, portanto, direitos conquistados.

Nestes 4 anos de permanente luto e a luta pela reparação integral, a Assessoria Técnica independente, prevista na Lei Estadual nº 23.795/21 (PEAB), é hoje a conquista mais palpá-

vel das pessoas atingidas, por ser ela o canal de voz pelo qual as pessoas atingidas buscam equilibrar os tantos níveis de desigualdade de condições, de força, recursos e poder entre pessoas atingidas e a Mineradora Vale (Poluidora pagadora). Por

isso, o caráter **INDEPENDENTE** não é uma mera palavra, não tem preço, mas carrega em si um sentido profundamente diferenciador do papel da Assessoria Técnica das pessoas atingidas.

“

Essa desmobilização cria um ambiente de insegurança para as pessoas atingidas, para os trabalhadores das ATIs e impacta diretamente a atuação nos territórios



Valmir Macêdo

Atingidos da Bacia do Paraopeba acompanham audiência na ALMG.

Expediente

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) foi criada em 2000 e pratica a defesa do ser humano e do meio ambiente. Em sua atuação de Assessoria Técnica Independente às pessoas atingidas na Região 1 (Brumadinho) e Região 2 (Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos e São Joaquim de Bicas) da Bacia do Paraopeba, a Aedas realiza dois trabalhos principais: execução de estudos e processos participativos nos quais as pessoas atingidas têm acesso à informação sobre o processo de reparação e podem discutir seus danos. Informar, levantar e discutir as propostas das pessoas atingidas sobre a melhor maneira de reparar os prejuízos sofridos, também construindo sínteses e documentos.

Aedas - Coordenação Estadual: Cauê Melo, Heiza Maria Dias, Luis Henrique Shikasho
Aedas Paraopeba - Coordenação Geral de Projeto: Flávia Gondim
Assessoria da Coordenação Institucional: Nina de Castro Jorge, Gabriela Cotta Rena
Coordenação Territorial: Iasmim Vieira, Vanderlei Martini
Coordenação de Comunicação: Elaine Bezerra, Diva Braga
Equipe de Comunicação: Aleff Rodrigues, Felipe Cunha, Lucas Jerônimo, Valmir Macêdo, Wagner Túlio Paulino.

Este material foi elaborado com contribuições de todos integrantes da equipe técnica multidisciplinar nas Regiões 1 e 2 de atuação da Aedas | Tiragem: 8 mil exemplares



Este Jornal é produzido com recursos provenientes do acordo de reparação. Honramos a memória das 272 joias ceifadas no rompimento da barragem da Vale S. A. em Brumadinho, ocorrido em Janeiro de 2019.

www.aedasmg.org

CNPJ: 03.597.850/0001-07

WhatsApp Aedas Paraopeba
 Brumadinho - Região 1
 Betim, Igarapé, Juatuba, Mário Campos,
 São Joaquim de Bicas - Região 2

www.aedasmg.org
 (31) 9 9840-1487

atingidosparaopeba1@aedasmg.org
atingidosparaopeba2@aedasmg.org

25 DE MAIO
Dia do
Trabalhador Rural



VOZES DA GENTE

As vozes dos territórios são plurais e juntas ecoam a luta pela Reparação Integral. A coluna Vozes da Gente desta edição traz depoimentos de atingidas e atingidos das Regiões 1 e 2 sobre o Anexo I.1, também chamado de “Projetos de Demandas das Comunidades Atingidas”. O anexo faz parte do Programa de Reparação Socioeconômica do Acordo Judicial.

AUTOSSUSTENTO DAS COMUNIDADES

“ Para mim é de uma importância muito grande, porque quando as assessorias forem embora, o Ministério Público já tiver feito sua parte, o (Anexo) I.1 vai ser a maneira daquela comunidade que vivia de pescaria, por exemplo, poder fazer um projeto de autossustentação, uma cooperativa, e poder viver daquilo.



MICHELLE ROCHA

Comissão de atingidos do Monte Calvário, em Betim (MG)

MORADORES DE OCUPAÇÕES

“ Uma preocupação na gente, enquanto comissão, e nos moradores também: quando chegar o momento da gente ter acesso a esse projeto, a esse anexo, a gente ser negado por falta de documentos. A gente tem essa preocupação e ainda não foi discutido com as IJs essa situação, mas eu espero que em breve a gente tenha uma reunião com as IJs falando sobre esse assunto.



CANAÃ FARIAS

Comissão de atingidos da Ocupação Santa Fé, em Juatuba (MG)

PARTICIPAÇÃO POPULAR

“ Esse anexo é o único que a gente tem alguma centralidade. É preciso que esse acúmulo de todas as Regiões volte a cena nessa discussão para que a gente, sendo um anexo de toda Bacia, vá se reconhecendo, para que volte ao nosso debate, para nos fortalecer, logo após a homologação. Tem que ter transparência.



DIDI

Córrego Ferreira, Brumadinho

PERSPECTIVAS DE REPARAÇÃO

“ Hoje, existe a necessidade do Anexo 1.I. Veja, já são quatro anos e três meses e ainda estamos aguardando reparação. Já estamos há 55 dias esperando a homologação da gestora criar o Anexo. Todo tempo que passa pra nós é importante demais, não dá pra ficar esperando. Precisamos de solução e o Anexo 1.I tem que acontecer neste ano de 2023, o quanto antes.



FRANK VERSIANI

São Conrado, Brumadinho

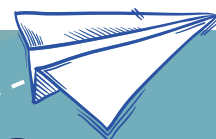


Participe do Vozes da Gente!
Acesse o formulário em nosso site e nos envie sua mensagem.

aedasmg.org/vozesdagente



aedasmg.org | [@aedasmg](https://www.instagram.com/aedasmg)



histórias atingidas

“EU SOU DESCENDENTE DE REIS E RAINHAS QUE FORAM ESCRAVIZADAS”



▪ **ANAISE SILVA FORTUNATO PIO DE SOUZA**

▪ 60 ANOS
▪ JUATUBA

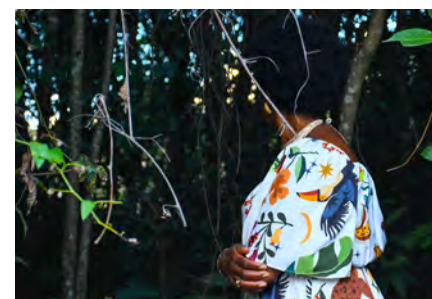
Anaise nasceu em Volta Redonda, Rio de Janeiro, e cresceu em uma cidade com a maioria da população negra. Em 1984, se mudou para Belo Horizonte. Ao chegar à capital mineira, foi morar no bairro Jaraguá e notou que os

espaços eram segregados entre a população negra e branca, contexto que não estava acostumada em sua cidade natal. Em 1988, Anaise se mudou para Contagem e voltou a conviver em bairros em que a população negra estava mais presente. Pertencente ao grupo paroquial, começou a discutir o tema da negritude e refletir sobre o lugar que o povo negro ocupa na sociedade.

Em 1989, Anaise chegou na comunidade dos Arturos como catequista das crianças. Em dezembro, recebeu a coroa de São Sebastião e passou a ser rainha do Congado.

Atualmente Anaise frequenta o Ilê Axé Alá Tooloribi na comunidade de Francelinos, em Juatuba.

Anaise é pedagoga formada pela UFMG. “Escolhi educação pelo meu processo de catequese e hoje sou professora de anos iniciais”. Anaise diz que a educação é uma ferramenta



que possibilita mais equidade, consciência racial, ocupação de espaços e empoderamento aos seus alunos.

Anaise reforça que o dia 13 de maio é uma data em que o povo preto é protagonista. “Aqui em Minas reúnem pessoas. Reúne o povo de fé do congado, que é o conjunto de irmãos que se visitam. E quando você conversa, você vê que a luta é bem próxima, que um pode ajudar o outro, fazendo bandeira de lutas. Vemos isso no PCTRAMA, todo mundo ali em prol de uma luta.”

Anaise diz que seu povo luta por reparação desde o 14 de maio de 1888. “A lei disse que

não éramos mais escravizados, mas não nos deu mais nada. E os anos de trabalho que a gente teve para deixá-los [brancos] ricos? E nossa indenização por tempo? Por ter perdido as famílias, separado dos filhos, morrido de tanto trabalhar?”

Anaise reforça que a luta por reparação histórica também tem que passar por dentro, “você tem que estar consciente do seu valor. De onde você vem. Quem é

que veio antes de você. Qual a riqueza do seu povo. Não podemos esquecer, somos empoderados sim, temos poder sim! Nós pretos e pretas temos que saber dos nossos direitos e nos organizarmos.”

“

Nós pretos e pretas temos que saber dos nossos direitos



Textos e fotografias: Felipe Cunha

No mês em que se completa 135 anos da abolição da escravidão no Brasil, o *Histórias Atingidas* aborda o tema do 13 de maio a partir da memória de Anaise e Seu Silvestre, que nos falam de luta, resistência e empoderamento do povo negro.



▪ SILVESTRE ANTÔNIO DA SILVA

- 73 ANOS
- 5 FILHOS
- BRUMADINHO

Seu Silvestre nasceu e se criou no quilombo de Sapé, comunidade em que sua mãe viveu toda a vida. No início dos anos 2000, ele deixou a vida da roça e se mudou para a cidade sede de Brumadinho com sua companheira, onde vive até hoje.

Silvestre estudou até os 13 anos. Seu primeiro trabalho de carteira assinada foi no início dos anos 70, em uma empreiteira da CEMIG. “Era serviço pesado, em instalação de rede para algumas fazendas, perfurar buraco, por poste de madeira”.

Em seguida, seu Silvestre foi para a rede ferroviária, onde trabalhou na manutenção da linha férrea. Permaneceu lá até aposentar, em 1996.

“O MOVIMENTO DO POVO ERA PELA LINHA DO TREM”

No período da construção da ferrovia, seu Silvestre era menino pequeno. Sua mãe falava que na época, “a construção férrea pegou um pouco do terreno lá no quilombo. Pessoas do quilombo também trabalharam na ferrovia, como seu tio”, diz.

“

A construção férrea pegou um pouco do terreno lá no quilombo

O trabalho de seu Silvestre na manutenção de linha férrea era na base de ferramentas manuais. “Tinha macaco, pá, picareta, soca para nivelamento de linha, alavanca, chaves tirefond”. Não havia formação sobre prevenção de acidentes de trabalho. “A primeira coisa sobre acidente de trabalho, que eu lembro, eu tinha mais de 10 anos de rede ferroviária., quando veio a turma de prevenção de acidente explicar. O que tínhamos era a consciência dos mais velhos e experientes até então. Você aprendia com eles. O negócio era chegar, trabalhar e dar conta do serviço. Inclusive, naquela época eles olhavam físico, não era inteligência. Se a pessoa aguentava levantar um vagão era o que era importante.”

O movimento do povo era pela linha, diz seu Silvestre. “A

maneira mais fácil para trafegar a pé era pela linha, entendeu? Não tinha estrada (...). Hoje, em alguns lugares, as pessoas ainda passam pela linha.”

O trem, enquanto transporte de gente, com o tempo foi diminuindo, enquanto o de carregar minério aumentando. “No final dos anos 70 já havia poucas linhas de transporte de viagens de passageiros (...). Eles não têm interesse pelo passageiro mais. O negócio, principalmente aqui, é

o minério.”

Sobre o 13 de maio, seu Silvestre diz que estudava uma outra história quando menino, a história eurocêntrica, invertendo valores.

“A história contava e saudava aquele que matou o Zumbi dos Palmares. Não aparecia o Zumbi. O famoso então é aquele que acabou com o quilombo, e não aquele que resistiu. Era como se estivesse nos contando mentira o tempo todo.”





13 DE MAIO: RAÇA, MINERAÇÃO E TRABALHO

Da Redação

A origem da mineração em Minas Gerais é marcada pela ação e cultura dos bandeirantes, descendentes da primeira e segunda geração de portugueses em São Paulo. As

bandeiras consistiram em expedições a procura de ouro, escravizando homens e mulheres indígenas e africanos, deixando o rastro de morte em sua passagem, com dizimação de aldeias e quilombos. O desenvolvimento da mineração

marcado pela industrialização, é cenário de um contínuo histórico para exploração de mão de obra humana sujeitada a sucessivas tragédias, acidentes, adoecimentos e péssimas condições de trabalho.

Os africanos da Costa da

Mina, região que abrigava os países de Togo, Benin e Nigéria eram conhecidos por sua habilidade e experiência com a mineração, por isso muitos deles foram trazidos para a região aurífera no Brasil, introduzindo o emprego de diversas

técnicas à atividade minerária brasileira.

Começou-se a exploração de rochas localizadas nas encostas das montanhas. Grandes sistemas de extração foram construídos, desde escavações das encostas até canais de drenagem e

ventilação. A partir daí, os acidentes e desastres foram progressiva e continuamente aumentando. Na edição de maio do Vozes do Paraopeba, chamamos atenção para o 13 de maio e 1 de maio, referentes a Abolição da Escravatura e ao Dia do Trabalhador.



"Morro Velho: Histórias, Fatos e Feitos", 1996

Escolheadeiras da Mineração Morro Velho, em Nova Lima, MG.

ENTRE ESCRAVIZADOS/AS E TRABALHADORES/AS

Os trechos a seguir fazem parte de pesquisa das Equipes de Relações Étnico-Raciais e Povos e Comunidades Tradicionais da Aedas e explicitam relação histórica dos acidentes de trabalho, marcados pela relação entre Raça e Mineração nos territórios atingidos pela atividade minerária até dias de hoje.

Augusto Riedel / Biblioteca Digital Luso Brasileira



Mina de Morro Velho, operada pela mineradora Saint John Del Rey Mining Company em Nova Lima, MG - 1868-1869.

A mineradora inglesa Saint John Del Rey se destacou no setor mineral no Brasil nos séculos XIX e XX, chegando a ser a mais produtiva do país e do mundo. Seu histórico inclui vários acidentes de

trabalho e mortes de escravizados, evidenciando a violência e exploração empenhada por brancos brasileiros e estrangeiros e sofrida por negros e indígenas na mineração nacional.

ORIGEM

♦ “...tirar o ouro he mui arriscado, porque sucede muitas vezes de cahir a terra e apanhar os negros debayxo deitando-os enterados vivos”

Fonte: Diário do Conde Assumar, 1717.

♦ Os escravizados trabalhavam sob risco de morte. Soterramento ou afogamento devido o rompimento de barragens eram os acidentes de trabalho mais comuns.

Fonte: Diário do Conde Assumar, 1717.

DESENVOLVIMENTO

♦ “O horror de um homem em uma mina por um dia [...] de ouvir estalar a cada instante a montanha sobre sua cabeça, esperar a cada passo pela morte.”

Fonte: Couto, J. V. 1799

♦ Na mineração de ouro não havia equipamentos de proteção para escravizados. Muitos desenvolveram doenças pulmonares como silicose e tuberculose.

Fonte: Coelho, T. 2013.

♦ No início do século XVIII, o cirurgião Luis Gomes atendeu em Vila Rica/MG muitos casos de doenças e fraturas provocadas pelo trabalho minerário

Fonte: Diário do Conde Assumar, 1717.

♦ As péssimas condições de trabalho dos negros escravizados se somavam à fome, a proliferação de doenças como desinteria, malária e doenças pulmonares.

Fonte: Diário do Conde Assumar, 1717.

♦ A Mina do Morro Velho, em Nova Lima/MG, se destaca na história da mineração. Pertencia à ingleses e em parte do século XX, foi a mais produtiva no país.

Duas tragédias marcam sua história. Em 1867, 17 escravos morrem soterrados na mina, e em 1886, a história se repete. A mina foi desativada em 2003.

Fonte: Coelho, T. 2013; Moura, C. 2013.

♦ O uso de equipamentos de segurança do trabalho só se tornou obrigatório nos anos 40, a partir de legislações trabalhistas que surgiram na época.

Fonte: EAKIN, 1989

ACIDENTES DE TRABALHO NA MINERAÇÃO

Atualmente, Minas Gerais e Pará são os estados brasileiros nos quais os trabalhadores/as vivem com maior probabilidade de morte no trabalho. Nestes lugares é que estão, não por coincidência, as maiores instalações de mineração do país e do mundo, por exemplo a Serra dos Carajás (PA). A Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro) aponta em pesquisa que o “Índice Médio de Acidente Geral no Brasil foi de 8,66%. Por sua vez, o indicador de acidentes de trabalho na mineração em Minas Gerais, tem índice de 21,99%, quase o triplo que a média do país. Isso evidencia que a sequência de relatos de episódios de adoecimentos, acidentes e mortes na atividade minerária, que apresentamos, é um contínuo histórico atrelado às violações de direitos humanos e trabalhistas que acontecem constantemente neste setor.

Índice Médio de Acidente Geral no Brasil segundo o Fundacentro.

8,66%

Indicador de acidentes de trabalho na mineração em Minas Gerais, segundo o Fundacentro.

21,9%

MULHERES

No passado, mulheres negras e indígenas estavam presentes no comércio, na alimentação e nos serviços necessários para a existência da mineração. Quebrar perda nas minas, por exemplo, era uma função muito exercida pelas mulheres. Elas resistiram à escravidão, às

violações sexuais e exploração trabalhista. Hoje, mulheres atingidas, em decorrência da atividade mineradora e do rompimento, enfrentam problemas de violência doméstica, aumento da jornada de trabalho, sobrecarga de cuidados com familiares entre outros danos e agravamentos.

CENÁRIO ATUAL

♦ Durante a história da mineração em Minas Gerais houve pouca ou nenhuma regulamentação e/ou fiscalização quanto à segurança dos trabalhadores.

Fonte: EAKIN, 1989.

♦ “A primeira coisa [instrução] sobre acidente de trabalho, que eu lembro, eu tinha mais de 10 anos de rede ferroviária, quando veio a turma de prevenção de acidente explicar. O que tínhamos era a consciência dos mais velhos e experientes até então. Você aprendia com eles. Mas treinamento, não existia isso não.”

Silvestre Antonio da Silva, 2023

♦ Em 2015, em Mariana/MG acontece o rompimento da barragem da Samarco, que causa 19 mortes, a destruição do Rio Doce e de cidades mineiras e capixabas.

Fonte: G1, 2015.

♦ No ano de 2019, em Brumadinho/MG acontece o maior acidente de trabalho do mundo. O rompimento da Barragem da Vale deixa 272 trabalhadores mortos.

Fonte: Brasil de Fato, 2019

Pesquisa e produção do texto: Equipes de Relações Étnico-Raciais e Povos e Comunidades Tradicionais

ANEXO I.1 É O ÚNICO TRECHO DO "ACORDO" QUE PREVÊ PARTICIPAÇÃO DOS ATINGIDOS

ENTREVISTA. Bruno Kassabian, da coordenação de Diretrizes de Reparação, e Gabriela Cotta, assessora da Coordenação Geral de Projeto da Aedas falam sobre o Anexo I.1 do Acordo Global de Reparação.

Lucas Jerônimo

O que é o Anexo I.1 e como ele está inserido no acordo judicial da reparação?

Bruno Kassabian - É importante entender que o acordo determina as formas para reparar os danos sofridos pela população atingida em decorrência do rompimento. São diferentes tipos de danos e, pra cada tipo de dano, existe um programa diferente. Então, o Anexo I.1 é voltado para reparar os danos coletivos e difusos de caráter socioeconômico. Coletivos e difusos, são os danos diferentes dos danos individuais, que são aqueles que a gente pode calcular quanto cada pessoa perdeu em decorrência daquele dano. Danos coletivos difusos são danos que atingem toda uma comunidade, toda uma categoria profissional, um grupo determinado de pessoas.

“

O Anexo I.1 é voltado para reparar os danos coletivos e difusos de caráter socioeconômico



Gabriela Cotta, Assessora da Coordenação Geral de Projeto e Bruno Kassabian, coordenador de Diretrizes de Reparação

Como esse anexo se diferencia do anexo 1.3 e 1.4?

Gabriela Cotta - O Anexo I.1 se diferencia dos Anexos 1.3 e 1.4 porque ele é para a reparação socioeconômica dos danos coletivos e difusos por meio de projetos de demandas das comunidades atingidas. Os anexos 1.3 e 1.4 são anexos para fortalecimento dos serviços públicos. O 1.3 e 1.4 são anexos que colocam obrigações de fazer pra Vale pra poder reparar os danos coletivos difusos no fortalecimento dos serviços públicos.

Como será feita a reparação pelo Anexo I.1 e quais os valores a serem aplicados?

Gabriela Cota - Esse anexo prevê o valor total de 3 bilhões. Desses 3 bilhões, 2 bilhões são para projetos de demandas das comunidades e 1 bilhão pra crédito e microcrédito.

Bruno Kassabian - Vai ser definida uma governança, que é o modelo de gestão desse recurso, que

basicamente vai dizer como as pessoas atingidas vão decidir como gastar esses recursos. Primeiro, se monta essa estrutura: instâncias, espaços participativos que permitam essa decisão. Quando começar a executar, de fato, o Anexo [I.1], esses espaços participativos vão começar a funcionar e vão decidir para onde os projetos serão destinados. Tudo isso será baseado em um plano de reparação, que está sendo preparado pelas ATIs sistematizando os danos sofridos e fornecendo diretrizes de reparação.

Como a Aedas tem contribuído com os diálogos e a execução do Anexo I.1 junto às pessoas atingidas?

Gabriela Cotta - Desde a realização do acordo, a Aedas tem feito diversos espaços participativos pra dialogar com as pessoas atingidas das regiões 1 e 2, para que as pessoas construam a sua proposta de governança para o Anexo I.I. Isso é muito importante porque o Anexo I.I é o único anexo do acordo que prevê, de forma expressa, a participação das pessoas atingidas na escolha dos projetos de forma direta, com o apoio das assessorias técnicas.

Valmir Macêdo



Formação de Agentes Multiplicadores sobre o Anexo I.1 em Betim, MG.

Considerando os diversos municípios que estão na bacia do Paraopeba, como tem sido o acompanhamento em torno dos projetos de reparação?

Gabriela Cotta - Um marco importante para o Anexo I.1 foi o primeiro encontro de atingidas e atingidos da Bacia do Paraopeba e do Lago de Três Marias, realizado em junho de 2022. Foi o primeiro encontro a nível de bacia, promovido pelas três assessorias técnicas, a Aedas, Nacab e Guaicuy, que atuam na Bacia do Paraopeba, para que as cinco regiões pudessem formular conjuntamente e avançar na melhor proposta de governança para o Anexo I.1.

O que é a entidade gestora do Anexo I.1.?

Gabriela Cotta - A entidade gestora é a instituição responsável por gerir, ou administrar, esse fundo de reparação do Anexo I.1, esses valores que estão destinados para a reparação de demandas das comunidades e as linhas de

“

A entidade gestora é a instituição responsável por gerir, ou administrar esse fundo de reparação do Anexo I.1

crédito e microcrédito. A entidade gestora foi escolhida pelas Instituições de Justiça a partir de um processo de concorrência.

Bruno Kassabian - Foi fechada uma parceria entre a Cáritas, a Associação Nacional do Atingidos por Barragens (ANAB), Instituto Conexões Sustentáveis - Connexus e Instituto E-Dinheiro Brasil. A regra de como vai ser a gestão do [Anexo] I.1, como vai ser o sistema de participação, tudo isso não está definido. Ela [a entidade gestora] apresentou apenas uma

Felipe Cunha



Espaço participativo na comunidade Toca de Cima, em Brumadinho, MG.

proposta inicial, que a gente chama de proposta básica. Essa proposta básica não é regra, não é efetiva. O que vai ser efetivo é essa proposta definitiva, que vai vir logo depois, vai ser construída com participação informada e apoio das ATIs.

O acordo prevê a participação das pessoas atingidas no anexo I.1. Haverá diálogo entre a entidade gestora e as pessoas atingidas?

Gabriela Cotta - O acordo prevê a participação das pessoas atingidas no Anexo I.1 e essa participação já vem ocorrendo, no diálogo com as assessorias técnicas e na formulação dos produtos que já foram entregues em relação a governança do Anexo I.1, mas a entidade gestora também vai ajudar na formulação dessa governança do anexo.

E agora, gente, quais os próximos passos?

Bruno Kassabian - Os próximos passos são: primeiro, a homologação pelo juiz, ele tem que ratificar, ele tem que assinar embaixo a escolha dessa identidade. Feita essa homologação, o próximo passo é construir a proposta definitiva que é o plano de trabalho para os próximos dois anos. Vai ser feito com a participação dos atingidos e apoio das ATIs no prazo de 90 dias. E depois desses três meses, o próximo passo é a execução dessa parcela do Anexo I.1, esses R\$3 bilhões.

“NÃO HÁ VOZ DOS ATINGIDOS SEM AS ATIS”: COMUNIDADES SE MANIFESTAM CONTRA CORTES EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

CORTES.

Atingidos dos territórios relataram insegurança diante da instabilidade financeira das ATIs e da falta de garantia de recursos para os próximos anos

Valmir Macêdo



Henrique Chendes/ALMG

Corte de recursos das assessorias técnicas é pauta de audiência na ALMG.

Anunciado em março, um corte dos recursos para as assessorias técnicas independente (ATIs) na Bacia do Paraopeba e Lago de Três Marias reforçou o cenário de instabilidade na manutenção dos instrumentos de acesso à direitos e a participação informada dos atingidos nos territórios.

Na última terça, dia 9 de maio, centenas de atingidos de todas as regiões da Bacia do Rio Paraopeba compareceram à audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em Belo Horizonte. A audiência foi realizada na Comissão de Administração Pública.

A coordenadora institucional da Aedas no Projeto Paraopeba, Flávia Gondim, pontuou como preocupante o cenário futuro de manutenção das assessorias, para além do primeiro semestre de 2023.

“O corte foi feito no meio do semestre, no mês de março, e falando apenas do recurso para um semestre. Qual o valor que

nós vamos receber no próximo semestre? Nós não sabemos. Qual é o valor para os três anos, o valor global? Nós não sabemos. Essa é uma pergunta importante que já foi feita pelas três ATIs”, afirmou Flávia.

Pessoas atingidas de vários municípios da Bacia do Paraopeba foram à tribuna reivindicar o direito à assessoria técnica e à participação informada, na cobrança por participação popular no processo de reparação.



Sem minha pá, sem meu rodo, sem minha vassoura, eu não sou ninguém. Agora se tirarem as ATIs da minha mão, eu vou ficar em vão

Ilza Márcia, atingida do Bela Vista, em Brumadinho (MG), se emocionou ao falar do papel

das assessorias. Ela comparou a ferramenta de acesso à direitos com suas ferramentas de trabalho. “Sem minha pá, sem meu rodo, sem minha vassoura, eu não sou ninguém. Agora se tirarem as ATIs da minha mão, eu vou ficar em vão”, contou.

ESTUDO DE PERTINÊNCIA

Um outro ponto reforçado pelas pessoas atingidas diz respeito a um estudo de pertinência que está sendo feito nos territórios atingidos da Bacia.

Fernanda Perdigão, atingida de Brumadinho e do movimento Paraopeba Participa, avaliou como delicadas algumas perguntas do estudo e apontou a preocupação quanto a processos de revitimização dos atingidos.

“Durante a entrevista, as pessoas choraram porque a primeira pergunta é 'o que é ser atingido'. O que é ser atingido? Nessa altura do campeonato? É revitimizar as pessoas atingidas para cortar o direito das pessoas atingidas. Então o primeiro pedido é que cesse esse estudo”, afirmou Perdigão.



A audiência gerou em média 15 requerimentos que serão encaminhados às IJs e outros órgãos públicos

ENCAMINHAMENTOS

A audiência, que durou 5 horas, produziu, em média, 15 requerimentos que serão encaminhados às Instituições de Justiça, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a Defensoria Pública Federal, ao Governo de Minas Gerais e outros órgãos.



Flávia Gondim, coordenadora geral de Projeto da Aedas fala sobre o corte na audiência da ALMG.

DESEMBARGADOR SUSPENDE DECISÃO QUE DAVA INÍCIO À FASE DE IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS ATINGIDAS E QUANTIFICAÇÃO DOS DANOS

LIQUIDAÇÃO.

Mesmo com a suspensão, a Vale continua com a obrigação de pagar as indenizações individuais

Valmir Macêdo

A população atingida da Bacia do Rio Paraopeba comemorou, em março de 2023, uma decisão histórica que dava início ao processo de sistematização de identificação das pessoas atingidas e da quantificação dos danos por elas sofridos, também chamado fase de liquidação.

No dia 13 de abril, a Vale recorreu alegando que a decisão é nula, em razão de não ter sido intimada a se manifestar sobre o pedido de instauração do procedimento de liquidação, antes que o juiz decidisse, em ofensa



Sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em Belo Horizonte.

aos princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como em desrespeito ao princípio da não surpresa previsto nos arts. 9º e 10º do Código de Processo Civil.

Em 14 de abril, o desembargador Leite Praça, da 19ª Câmara Cível, acolheu o pedido da Vale S.A. Ele entendeu que houve violação aos princípios processuais do contraditório e da ampla defesa e da vedação à decisão surpresa e por haver “perigo de dano com a determinação de realização de perícia a ser custeada pela mineradora, que demandará dela despendar valores extremamente

altos e que podem impactar negativamente a sua saúde financeira”.

DIREITO À INDENIZAÇÃO INDIVIDUAL CONTINUA GARANTIDO

A advogada Gabriela Soares, da equipe de Diretrizes da Reparação Integral (DRI) da Aedas, explica que o direito dos atingidos à indenização individual permanece garantido.

“A suspensão dessa decisão não significa que as pessoas atingidas não terão direito à indenização individual. A Vale S.A

continua condenada e terá que indenizar individualmente as pessoas atingidas. A Aedas e as demais ATIs continuam assessorando as pessoas atingidas e qualquer novidade em relação à indenização individual será divulgada amplamente pelos canais oficiais”, informou Gabriela Soares.



Ainda não há definição da forma como será feita a reparação individual

A advogada explicou, ainda, que não há definição da forma como será feita a reparação individual aos atingidos, alertou para não cair em golpes ou fake news (informações falsas) e esclareceu não ser necessária a contratação de advogado particular, pois a ação coletiva ainda está em curso com as Instituições de Justiça.

Giro DE NOTÍCIAS

CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA

Rurian Valentino



Entre os dias 19, 20 e 21 de maio de 2023 acontecerá o Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais: em defesa dos territórios e do direito de consulta. O encontro está sendo construído por diversas entidades, e povos e comunidades tradicionais do Estado, que têm se articulado em rede pela defesa do direito de consulta de povos e comunidades tradicionais.

O PREÇO DE UM CRIME SOCIOAMBIENTAL

Arquivo Pessoal



O livro "O preço de um crime socioambiental", de autoria da atingida de Brumadinho, Marina Oliveira, avalia o acordo firmado entre a Vale e o governo de Minas Gerais. A obra será lançada em um seminário na Faculdade de Medicina da UFMG, Bairro Santa Efigênia, no dia 13/05, às 8h30, em Belo Horizonte, e contará com a participação de lideranças comunitárias dos municípios atingidos pelo desastre.

13 DE MAIO

"A lei disse que não éramos mais escravizados, mas não nos deu mais nada. E os anos de trabalho que a gente teve para deixá-los [brancos] ricos? E nossa indenização por tempo? Por ter perdido as famílias, separado dos filhos, morrido de tanto trabalhar?"

**ANAISE SILVA
FORTUNATO PIO DE SOUZA**

